
Hospital Meridional S.A. e empresas controladas

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Hospital Meridional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Hospital Meridional S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Hospital Meridional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Meridional S.A. e do Hospital Meridional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

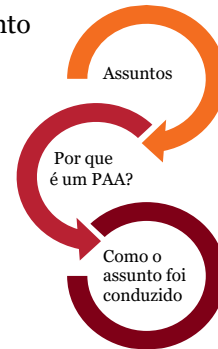
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Hospital Meridional S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação de perda por redução ao valor recuperável (impairment) de Ágio (Notas 2.19) e 13)

A Companhia possui ágio apurado na aquisição de controle acionário de empresas, no valor de R\$ 105.961 mil.

A avaliação anual de recuperabilidade do ágio envolve julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos seus fluxos de caixa futuros esperados. Caso o valor recuperável calculado para ágio seja inferior ao seu valor contábil, uma perda por desvalorização (*impairment*) deve ser reconhecida. Entre as premissas que mais impactam as projeções estão a taxa de desconto, percentuais de crescimento e margem bruta da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de crescimento, margens de lucro bruta e taxa de desconto. Adicionalmente, (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realizamos revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; (iii) realizamos cálculo independente do fluxo de caixa descontado, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Hospital Meridional S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 2.20, 4.1 e 21)

O reconhecimento de receita é efetuado com base nos serviços hospitalares prestados até a data do balanço. As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o momento em que não há mais serviços necessários (momento da alta). Atualmente, existem 4 principais obrigações de desempenho, sendo o reconhecimento da receita específico para cada uma dessas obrigações.

Entre outros procedimentos, efetuamos: (i) o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia para monitoramento e apuração dos serviços prestados, assim como para as glosas reconhecidas; (ii) avaliamos os critérios empregados na elaboração da estimativa de provisão de glosas, com base no histórico de perdas; (iii) em base amostral, verificamos as remessas de contas hospitalares para planos de saúde, notas fiscais e liquidações financeiras, quando aplicável; (iv) obtivemos os relatórios analíticos de contas hospitalares ao final do exercício 2021 e início de 2022 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência; e (v) avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os montantes envolvidos e as características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo a estimativa relacionada a mensuração das glosas dos serviços prestados, que é um julgamento crítico da administração.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que os critérios e as premissas adotados pela administração para apuração da receita e o seu reconhecimento no período correto, bem como as correspondentes divulgações, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Hospital Meridional S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Hospital Meridional S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers", is written over the printed name of the firm.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Caren Henriete Macohin", is written over the printed name of the auditor.

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Meridional ("Companhia" ou "Rede Meridional") divulga, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com os padrões e práticas contábeis oriundos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral e em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

PERFORMANCE OPERACIONAL

A Rede Meridional é um grupo hospitalar composto por 7 hospitais localizados no estado do Espírito Santo, sendo 6 na região da Grande Vitória e 1 no norte do estado, em São Mateus. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços hospitalares, proporcionando serviços de assistência hospitalar, visando cuidar da saúde e do bem-estar das pessoas, aliando a excelência médica à eficiência em gestão, promovendo segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde.

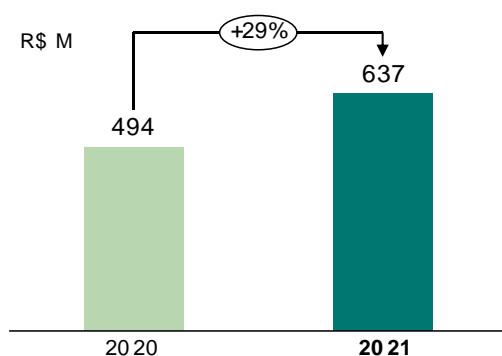
Neste relatório são apresentados os resultados do ano que se inicia em 1º de janeiro de 2021 e termina em 31 de dezembro de 2021.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi período ainda marcado pelos efeitos da Covid-19, que impactou a economia Brasileira e global. No início do ano, com a segunda onda da pandemia, as novas restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos segmentos, assim como na renda das famílias e nível de empregos formais. Esses fatores, aliados à crise energética, alta das commodities e câmbio desvalorizado, implicaram aumento relevante de inflação no país, seguido por maiores juros e efeitos na agenda fiscal.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA



Em 2021, a receita líquida totalizou R\$637 milhões, representando um recorde de faturamento anual, com crescimento de 29% quando comparado a 2020. Ao longo de 2021, o crescimento da receita líquida foi positivamente impactado por: (i) crescimento orgânico da receita dos hospitais já existentes; (ii) aumento da receita de serviços apoio diagnóstico e terapêutico (SADT), através da crescente performance de análises clínicas, radiologia e infusões oncológicas e (iii)

investimentos em tecnologias e melhorias do atendimento.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos e despesas das vendas e administrativas são compostos pelas contas de pessoal, materiais e medicamentos, serviços médicos, serviços de terceiros, utilidades, materiais diversos, depreciação e amortização. Os custos e despesas totalizaram R\$457,2 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 25% em relação a 2020. O crescimento total dos custos esteve abaixo do crescimento da receita líquida em 2021, resultando em ganhos de alavancagem operacional.

	Consolidado	
	2021	2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	136.674	116.821
Materiais e Medicamentos	121.630	104.391
Serviços de terceiros	135.240	92.224
Utilidades e serviços	37.788	33.658
Aluguéis (i)	4.057	2.348
Depreciação (Direito de uso)	7.246	6.029
Depreciação	13.833	9.531
Amortização	689	738
	457.157	365.740

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2021, as despesas gerais e administrativas prestados totalizaram R\$64,8 milhões, praticamente estável em relação à 2020, resultando em ganhos de escala.

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	37.102	31.114
Serviços de terceiros	19.240	25.888
Viagens e hospedagens	1.109	605
Outras despesas	3.105	1.996
Amortização	4.289	4.289
	64.845	63.892

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA atingiu R\$ 125,1 milhões, representando um aumento de 26% em comparação com o EBITDA de 31 de dezembro de 2020. Este aumento é resultado do crescimento da receita associado aos custos e despesas sob controle.

Em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido atingiu R\$ 42,3 milhões, representando um aumento de 117% em comparação com o lucro líquido de 31 de dezembro de 2020.

2021

2020

Lucro líquido	42.310	19.518
Resultado financeiro	35.282	47.286
Imposto de renda e contribuição social	21.453	11.734
Depreciação e amortização	26.057	20.587
EBITDA	125.102	99.125

ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2021, a Companhia registrou uma dívida bruta de R\$242,7 milhões, redução de 2% em relação ao exercício de 2020. Em 31 de Dezembro de 2021, o Caixa totalizou R\$14,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$227,7 milhões. A Companhia encerrou o exercício com a relação entre Dívida Líquida e EBITDA em 1,8x, adimplente com seus *covenants*.

	2021	2020
Empréstimos bancários e debêntures	242.697	247.753
Caixa e equivalentes de caixa	14.998	64.013
Dívida Líquida	227.699	183.740
EBITDA	125.102	99.125
Dívida Líquida / EBITDA	1,8x	1,9x

Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	40.852	18.306	42.310	18.306
Constituição da reserva legal (5%)	(2.043)	(915)	(2.116)	(915)
Base de cálculo dos dividendos	38.809	17.391	40.195	17.391
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(9.702)	(4.348)	(10.049)	(4.348)
Dividendo adicional proposto a pagar	-	-	-	-
Total de dividendos	(9.702)	(4.348)	(10.049)	(4.348)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	24%	24%	24%	24%

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após a destinação da reserva legal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com a instrução CVM 381/2003, informa-se que a Companhia não contratou e nem teve nenhum serviço adicional prestado, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes que não estivesse diretamente relacionado aos trabalhos de auditoria. A política de contratação de auditores independentes adotada pela Companhia preserva os princípios de governança, que resguarda a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Hospital Meridional S.A.
Antônio Alves Benjamim Neto
Diretor Presidente

Hospital Meridional S.A.
Flávio Deluigi
Diretor Financeiro

ÍNDICE

Balanço Patrimonial	1
Demonstração do Resultado para o Exercício.....	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
1. Informações sobre a Companhia	8
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Gestão de risco financeiro	20
4. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas	26
5. Caixa e equivalentes de caixa	28
6. Contas a receber de clientes e outros ativos	28
7. Outros ativos	28
8. Estoques	29
9. Saldos e transações com partes relacionadas	29
10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31
11. Investimentos	31
12. Arrendamentos	33
13. Intangível.....	35
14. Imobilizado	38
15. Fornecedores e outras obrigações	39
16. Contas a pagar por aquisição	41
17. Empréstimos e financiamentos.....	41
18. Passivos relacionados a contratos com clientes	43
19. Provisões para contingência.....	44
20. Patrimônio líquido.....	45
21. Receita líquida de contrato com clientes.....	47
22. Custos e despesas por natureza	47
23. Outras receitas (despesas) operacionais.....	48
24. Resultado financeiro.....	49
25. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	49
26. Transações com não controladores.....	50
27. Seguros (Não Auditado)	50
28. Instrumentos Financeiros por categoria	51
29. Eventos Subsequentes.....	51

Hospital Meridional S.A.Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.338	602	14.998	64.013
Contas a receber de clientes	6	63.358	42.167	177.460	123.505
Estoques	8	23.357	10.272	39.126	23.886
Outros ativos	7	21.023	3.325	26.067	6.013
Total do ativo circulante		109.076	56.366	257.651	217.417
Não circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	9	6.274	14.111	23	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9.069	5.850	34.490	20.762
Outros ativos	7	8.184	8.195	22.443	12.805
Investimentos	11	271.094	149.108	-	-
Direito de uso	12	62.440	55.815	190.193	167.840
Intangível	13	7.085	6.951	121.460	125.507
Imobilizado	14	43.674	27.509	145.830	78.711
Total do ativo não circulante		407.820	267.539	514.439	405.625
Total do ativo		516.896	323.905	772.090	623.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	15	46.852	28.175	101.697	73.529
Contas a pagar por aquisição	16	-	593	-	593
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	40.595	66.274	57.697	92.727
Passivos de arrendamento	12	8.617	7.536	24.745	21.841
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	-	977	12.883	11.112
Passivos relacionados a contratos com clientes	18	507	340	1.747	1.082
Dividendos propostos	20	9.702	4.403	10.049	4.403
Total do passivo circulante		106.273	108.298	208.818	205.287
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	137.503	100.962	185.000	155.026
Passivos de arrendamento	12	60.695	53.212	188.553	162.860
Contas a pagar por aquisição	16	11.517	9.320	16.736	13.822
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	8.318	5.875	25.497	16.218
Contas a pagar com partes relacionadas	9	117.779	1.725	47.657	-
Outras obrigações	15	3.569	4.387	15.647	19.404
Provisões para contingências	19	5.520	5.072	14.574	12.629
Total do passivo não circulante		344.901	180.553	493.664	379.959
Total do passivo		451.174	288.851	702.482	585.246
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	20				
Capital social		68.000	68.000	68.000	68.000
Reservas de lucros		3.543	(27.575)	3.543	(27.575)
Ações em tesouraria		(5.821)	(5.371)	(5.821)	(5.371)
		65.722	35.054	65.722	35.054
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	3.886	2.742
Total do patrimônio líquido		65.722	35.054	69.608	37.796
Total do passivo e patrimônio líquido		516.896	323.905	772.090	623.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.Demonstração do resultado para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de contratos com clientes	21	218.704	178.943	637.092	493.724
Custo dos serviços prestados	22	(147.344)	(125.093)	(457.157)	(365.740)
Lucro bruto		71.360	53.850	179.935	127.984
Despesas gerais e administrativas	22	(40.161)	(40.401)	(64.845)	(63.892)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(5.684)	2.332	(4.041)	2.442
Resultado da equivalência patrimonial		41.880	18.715	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		67.395	34.496	111.049	66.534
Receitas financeiras	24	360	3.784	1.510	4.165
Despesas financeiras	24	(25.170)	(19.440)	(48.796)	(39.447)
Resultado financeiro		(24.810)	(15.656)	(47.286)	(35.282)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		42.585	18.840	63.763	31.252
Imposto de renda e contribuição social	25	(1.733)	(534)	(21.453)	(11.734)
Lucro do exercício		40.852	18.306	42.310	19.518
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		40.852	18.306	40.852	18.306
Participação dos não controladores		-	-	1.458	1.212
		40.852	18.306	42.310	19.518
				2021	2020
Lucro básico e diluído por ação				42.310	19.518
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)				66.541	66.541
Lucro básico e diluído por ação - R\$				0,64	0,29

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.Demonstração do resultado abrangente
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	40.852	18.306	42.310	19.518
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de participação no capital de controladas/coligadas	(32)	1.067	1	1.271
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	(32)	1.067	1	1.271
Total do resultado abrangente do exercício	40.820	19.373	42.311	20.789
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			40.820	19.373
Participação dos não controladores			1.491	1.416
			42.311	20.789

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenções de lucros	Reserva de investimento	Lucros Acumulados				
Em 31 de dezembro de 2019	68.000	(5.371)	2.807	6.940	(11.982)	-	(40.365)	20.029	1.326	21.355
Em 1º de janeiro de 2020										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.306	-	18.306	1.212	19.518
Destinação do lucro líquido do exercício										
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	915	13.043	-	(13.958)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(4.348)	-	(4.348)	-	(4.348)
Aumentos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas	-	-	-	-	-	-	1.067	1.067	204	1.271
Aporte p/ reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	915	13.043	-	-	1.067	15.025	1.416	16.441
Em 31 de dezembro de 2020	68.000	(5.371)	3.722	19.983	(11.982)	-	(39.298)	35.054	2.742	37.796
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.852	-	40.852	1.458	42.310
Destinação do lucro líquido do exercício										
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	2.043	29.107	-	(31.150)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(9.702)	-	(9.702)	(347)	(10.049)
Aumentos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)	33	1
Recuperação de Ações	-	(450)	-	-	-	-	-	(450)	-	(450)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(450)	2.043	29.107	-	-	(32)	30.668	1.144	31.812
Em 31 de dezembro de 2021	68.000	(5.821)	5.765	49.090	(11.982)	-	(39.330)	65.722	3.886	69.608

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda		42.585	18.840	63.763	31.252
Ajustes por:					
Depreciação do ativo imobilizado e do direito de uso	22	6.960	4.442	21.079	15.560
Amortização do ativo intangível	22	591	591	4.978	5.027
Provisões de juros sobre empréstimos, amortização de custo de captação, financiamentos, debêntures e arrendamentos	24	22.103	10.034	43.379	15.126
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial		(41.880)	(18.715)	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	3.102	-	8.275	-
Provisões para contingências	23	448	3.373	(6.458)	6.143
Baixas de ativo imobilizado		2	-	1	-
Baixa de Controlada	11	1.699	-	-	-
Apropriação do custo de transação		2.800	-	3.045	-
Atualização monetária da parcela diferida oriunda de combinação de negócios	25	2.254	-	2.970	-
Variações no capital circulante					
Estoques		(13.086)	(6.755)	(15.239)	(13.155)
Imposto de renda e contribuição social		1.751	-	4.467	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(41.980)	(3.224)	(83.519)	(31.601)
Partes relacionadas		123.891	-	47.634	-
Fornecedores e outras obrigações		17.859	4.532	24.446	12.854
Contas a pagar por aquisição		(650)	-	(649)	-
Passivos relacionados a contratos com clientes		167	-	661	-
Impostos diferidos	25	(775)	-	(4.448)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		127.841	13.118	114.385	41.206
Juros pagos		(22.999)	(10.498)	(25.141)	(17.383)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.461)	(2.442)	(24.149)	(9.925)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		100.381	178	65.095	13.898
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	11	-	-	-	(4.016)
Aporte de capital em controladas	11	(81.837)	(4.306)	(32)	-
Aquisição adicional de participação em controlada	11	-	(4.014)	-	-
Aquisição de imobilizado	14	(20.688)	(24.115)	(80.953)	(37.882)
Aquisição de ativos intangíveis	13	(725)	(2.718)	(931)	(3.211)
Empréstimos concedidos a controladas		-	-	-	10.998
Dividendos recebidos		-	47	-	-
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de investimento		(103.250)	(35.106)	(81.916)	(34.111)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e mútuos - captações	17	70.000	41.683	70.000	96.909
Empréstimos, financiamentos e mútuos - amortizações	17	(53.353)	-	(74.304)	-
Passivo de arrendamento - amortizações	12	(8.189)	(14.098)	(23.037)	(33.619)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(4.403)	-	(4.403)	-
Recompra de Ações		(450)	-	(450)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.605	27.585	(32.194)	63.290
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		736	(7.343)	(49.015)	43.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		602	10.295	64.013	25.807
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.338	2.952	14.998	68.884
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		736	(7.343)	(49.015)	43.077
Transações que não impactam o caixa:					
Impacto de registro inicial de novos contratos do direito de uso e do passivo de arrendamento		-	-	1.094	-
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas		(32)	-	(32)	-
Remensuração dos contratos do direito de uso e do passivo de arrendamento		9.064	-	28.505	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Meridional S.A.Demonstração do valor adicionado
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Receita bruta de serviços	233.315	189.462	678.367	524.154
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.102)	(1.530)	(8.275)	(2.683)
	230.213	187.932	670.092	521.471
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais e medicamentos	(50.318)	(44.159)	(121.630)	(104.391)
Serviços de terceiros	(52.897)	(43.557)	(154.480)	(118.112)
Utilidades e serviços	(12.087)	(14.242)	(37.788)	(33.658)
Viagens e hospedagens	(989)	(584)	(1.109)	(605)
Outras receitas (despesas)	(8.582)	2.643	(5.327)	862
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia	105.340	88.033	349.758	265.567
Valor adicionado bruto	105.340	88.033	349.758	265.567
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	(7.551)	(5.033)	(26.057)	(20.587)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	97.789	83.000	323.701	244.980
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	41.880	18.715	-	-
Receitas financeiras	360	3.784	1.510	4.165
Valor total adicionado distribuído	140.029	105.499	325.211	249.145
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores	(59.027)	(56.363)	(173.776)	(147.935)
Pessoal – remuneração/benefícios	(59.027)	(56.363)	(173.776)	(147.935)
Impostos				
Impostos, taxas e contribuições	(14.093)	(10.892)	(56.272)	(39.897)
Impostos s/ serviços	(12.360)	(10.358)	(34.819)	(28.163)
Impostos s/ lucro	(1.733)	(534)	(21.453)	(11.734)
Despesas financeiras	(25.170)	(19.440)	(48.796)	(39.447)
Aluguéis	(886)	(498)	(4.057)	(2.348)
Dividendos propostos	(9.702)	(4.348)	(9.702)	(4.348)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(31.150)	(13.958)	(32.608)	(15.170)
Valor adicionado distribuído	(140.029)	(105.499)	(325.211)	(249.145)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

O Hospital Meridional S.A. ("Companhia", "Hospital Meridional" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Rede" ou "Grupo"), com sede em Cariacica – Espírito Santo, têm por objetivo a prestação de serviços hospitalares com qualidade e excelência médica. Atualmente, com seis hospitais na região metropolitana da grande Vitória - ES e um hospital no norte do estado do Espírito Santo, localizado em São Mateus totalizando 704 leitos, sendo 226 leitos de UTI.

Em 2001, o Hospital Meridional foi inaugurado por um grupo de médicos que viram a oportunidade de construir um complexo hospitalar de alta qualidade e resolutividade no município de Cariacica-ES. Em 2008 a Companhia iniciou um processo de expansão por meio de aquisições do Hospital São Luiz, em março, e o Hospital Praia da Costa, adquirido em dezembro, localizados no município de Vila Velha-ES, também na região metropolitana de Vitória - ES.

Em 2011, o Hospital São Francisco, localizado em Cariacica-ES, também passou a integrar a Rede, após a aquisição de seu controle realizada em dezembro daquele ano. Em 2012, com a aquisição de um ativo em construção, o Hospital Meridional deu início a edificação do terceiro maior hospital da Rede e o único hospital particular de grande porte e de alta complexidade da região norte do estado do Espírito Santo. Com a conclusão da obra no início de 2016, o Hospital São Mateus inaugurou no dia 22 de fevereiro de 2016.

Em abril de 2015, foram inaugurados mais 32 novos leitos de internação no Hospital Meridional S.A. elevando o número total de leitos do grupo para 346. Em 2016, com a inauguração do Hospital Meridional São Mateus S.A. localizado ao norte do estado do Espírito Santo, a Rede aumentou a sua oferta de leitos em 120 leitos, sendo 39 leitos de UTI.

Em 2018, a Rede adquiriu o controle do Hospital Metropolitano S.A, localizado no município de Serra-ES, com 147 leitos, sendo 60 leitos de UTI e é atualmente o segundo maior hospital da Rede.

Durante o exercício de 2019, a Rede adquiriu controle da Maternidade Santa Úrsula, localizado no município de Vitória/ES que conta com 78 leitos, sendo 36 de UTI com grande potencial de expansão e também assumiu o controle da Hemodinâmica Meridional após comprar os 80% remanescentes das ações totais contendo agora 100% das ações e o controle da empresa.

Em 2020 houve a ampliação de unidades de atendimento e início da operação robótica. Essa operação foi através dos equipamentos da Vinci Xi Surgical System, este é considerado o mais moderno do segmento robótico da área. O sistema reproduz os movimentos humanos para os instrumentos robóticos, que se tornam mais precisos que o punho humano.

Em 2021 a Rede continuou seu plano de crescimento orgânico. A receita bruta totalizou R\$ 678 milhões, representando um recorde de faturamento anual, com crescimento de 29% quando comparado a 2020. Ao longo de 2021, o crescimento da receita líquida foi positivamente impactada por: (i) crescimento da receita hospitalar; (ii) aumento da receita de serviços apoio diagnóstico e terapêutico (SADT), através da crescente performance de análises clínicas, radiologia e infusões oncológicas e (iii) investimentos em tecnologias e melhorias do atendimento.

Pandemia de COVID - 19

A Companhia instituiu um Comitê diário e definiu um plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de impactos nas demonstrações financeiras intermediárias.

A Administração avalia que a posição do seu ativo de curto prazo em 31 de dezembro de 2021 é suficiente para atender a seus compromissos já contratados.

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O IASB estendeu o período da vigência da Norma até junho de 2021 para capturar concessões de aluguel concedidas na aplicação da mesma e com duração de 12 meses.

Como o expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, não geraram impactos para os contratos de arrendamentos da Companhia, uma vez que não houve alterações decorrentes da COVID-19.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 31 de março de 2022.

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS's não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor

justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

(c) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Hospital Meridional tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Hospital Meridional tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na

demonstração do resultado.

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 11 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a partir da seção 2.3.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Rede. A Rede mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Perda de recuperabilidade sobre créditos

A companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.7 Estoques

Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão.

2.8 Ativo indenizatório (presente no grupo Outros Ativos)

Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou determinado em cláusulas que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à mudança de controle serão de responsabilidade dos vendedores e serão reembolsados ou descartadas da parcela a prazo.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é composto principalmente por obras em andamento e equipamentos hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos hospitalares	10-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e outros equipamentos	3-8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

(a) Ágio (Goodwill)

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecidos e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Relações contratuais

As relações contratuais de não competição (*non compete*), adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Estas relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada

usando o método linear durante a vida esperada do impeditivo contratual de não competição.

Para avaliação do ativo a valor justo da marca foi utilizado a metodologia Relief from Royalty -RfR (o princípio básico do método RfR é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deve realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso do mesmo).

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Rede, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.11 Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Ativo de direito de uso arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridas e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Arrendador

A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridas na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. A Companhia não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus subarrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos.

Taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada vide nota 12.

A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 12.

2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Rede nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Contingências trabalhistas e previdenciárias:** as principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de médicos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada, décimo terceiro salário, FGTS, rescisão indireta, multa do art. 477, multa do art. 467, reconhecimentos previdenciários e trabalhistas.

A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Ações cíveis: os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionados às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar.

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de

seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

2.14 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.15 Ações em tesouraria

As ações em tesouraria representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade. A aquisição de ações de emissão própria e sua alienação são transações de capital da companhia com seus sócios, não devendo afetar o resultado.

Não é permitido às companhias adquirir suas próprias ações a não ser quando houver:

- Operações de resgate, reembolso ou amortizações de ações;
- Aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento;
- Aquisição para diminuição do capital (limitado às restrições legais).

O preço de aquisição de ações não poderá ser superior ao valor de mercado e, no caso de aquisição de ações que possuam prazo predeterminado para resgate, o preço de compra não poderá ser superior ao valor fixado para resgate.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Rede ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

2.17 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

2.18 Instrumentos financeiros

O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*.

Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

(d) Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.19 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(a) Testes do Ágio para verificação de impairment

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados vide nota 13.

A Administração através de seus consultores independentes, realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2021 e 2020 não há indícios de *impairment*.

2.20 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Rede. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas.

A Rede reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Rede, conforme descrição a seguir. A Rede baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Componentes de financiamento

A Rede não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Rede não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As novas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma), não tiveram impacto nestas demonstrações

financeiras.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros, se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o comitê de pronunciamentos contábeis ("CPC") estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021, no entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático, quando aplicável, dentro do período da norma.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.22 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação; e

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Rede a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Rede concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Rede. A Rede usa instrumentos financeiros derivativos, quando necessário, para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Rede, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Rede identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Rede. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda local, pré-fixado ou pós-fixado, sujeito à

flutuação da taxa CDI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

O risco de taxa de juros da Rede decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Rede ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Rede ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2021 e 2020, os empréstimos da Rede às taxas variáveis eram mantidos em reais. Desta forma, não há impacto de variação cambial na Rede.

Segue abaixo a análise de sensibilidade da Companhia:

Taxas	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Atual	25%	50%
CDI (a.a.)	9,15%	11,44%	13,73%
TLP (a.a.)	IPCA+ 4,75%	IPCA+ 5,94%	IPCA+ 7,13%
Despesas com juros projetadas para 2022 (em milhares)	24.283	30.354	36.425
Aplicações Financeiras	6.298	7.873	9.447

(b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Rede decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Rede ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. A Rede não adotou política para manter seus empréstimos com taxa de juros fixa por meio de derivativos que, recebem juros variáveis e pagam juros fixos, a fim de atingir esse propósito quando necessário.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito inerente às suas atividades operacionais, principalmente, com relação às contas a receber e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superiores ao valor já provisionado.

(d) Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços durante um período antes de 31 de dezembro de 2021 ou 2020, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				
	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2021					
Taxa de perdas esperadas - %	2%	12%	15%	85%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	57.740	2.757	2.675	10.092	73.265
Provisão para perdas	(889)	(323)	(402)	(8.293)	(9.907)
	56.851	2.434	2.273	1.799	63.358
31 de dezembro de 2020					
Taxa de perdas esperadas - %	2%	12%	15%	85%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	38.595	1.843	1.788	6.746	48.972
Provisão para perdas	(594)	(216)	(269)	(5.726)	(6.805)
	38.001	1.627	1.519	1.020	42.167
	Consolidado				
	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2021					
Taxa de perdas esperadas - %	1%	10%	13%	75%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	160.005	7.641	7.413	27.967	203.025
Provisão para perdas	(2.176)	(792)	(986)	(21.611)	(25.565)
	157.829	6.849	6.427	6.356	177.460
31 de dezembro de 2020					
Taxa de perdas esperadas - %	1%	10%	13%	75%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	110.960	5.298	5.141	19.396	140.795
Provisão para perdas	(1.509)	(549)	(684)	(14.548)	(17.290)
	109.451	4.749	4.457	4.848	123.505

(e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Rede e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Rede para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 17) a qualquer momento, a fim de que a Rede não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Rede, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Rede. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Rede por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vencimento.

	Controladora				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras obrigações	46.852	-	-	-	46.852
Empréstimos	6.814	26.430	58.334	5.385	96.963
Passivos de arrendamentos	8.467	8.467	25.402	26.976	69.312
Debêntures	26.659	20.099	39.015	-	85.772
	88.792	54.996	122.751	32.361	298.899
Consolidado					
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras obrigações	101.697	-	-	-	101.697
Empréstimos	20.025	34.382	100.123	8.139	162.669
Passivos de arrendamentos	24.304	40.172	122.434	26.388	213.298
Debêntures	26.659	20.099	39.015	-	85.772
	172.685	94.652	261.572	34.527	563.436
Controladora					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores e outras obrigações	28.175	-	-	-	28.175
Empréstimos	46.693	12.591	13.138	-	72.422
Passivos de arrendamentos	7.536	7.536	15.072	30.604	60.748
Debêntures	19.581	19.581	55.652	-	94.814
	101.985	39.708	83.862	30.604	256.159
Consolidado					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores e outras obrigações	73.529	-	-	-	73.529
Empréstimos	73.146	32.740	44.455	2.598	152.939
Passivos de arrendamentos	21.841	21.841	43.682	97.337	184.701
Debêntures	19.581	19.581	55.652	-	94.814
	188.097	74.162	143.789	99.935	505.983

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Rede ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Rede para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Rede, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, da Rede monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

(a) Cláusulas contratuais restritivas – covenants

O Hospital Meridional possui cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Os cálculos dos índices atrelados a cláusulas restritivas são avaliados periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram verificados indícios de que a Companhia não seria capaz de cumprir integralmente as condições estabelecidas nos períodos de medição.

As cláusulas restritivas aos quais o Hospital Meridional está submetido são:

1ª Emissão *Debentures*

A distribuição de dividendos não deve ser superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA do Hospital precisa ser igual ou inferior a 3,8, durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. O Hospital Meridional se encontra adimplente com os *covenants*.

3.3 Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos em combinação de negócios foi estimado considerando acordo de não competição (non-compete). Para a análise do Non-compete a metodologia utilizada foi o *With or Without (Wow)* que é uma abordagem de renda que mede o valor de um ativo com base na diferença no valor justo de uma empresa que possui o ativo e uma empresa hipotética que não possui o ativo.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a posição do ativo da Companhia mensurado a valor justo em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativo a valor justo (i)	-	7.790	-	7.790
Total do ativo	-	7.790	-	7.790

(i) O Hospital Meridional reconhece o ativo de cláusula de não competitividade, oriundo de combinação de negócios, a valor justo (classificados como Nível 2).

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2.

As tabelas abaixo apresentam a posição do passivo da Rede mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

				Controladora
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	9.913	-	9.913
Total do passivo 2020	-	9.913	-	9.913

				Controladora
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	11.517	-	11.517
Total do passivo 2021	-	11.517	-	11.517

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	14.415	-	14.415
Total do passivo 2020	-	14.415	-	14.415

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Contas a pagar em combinação de negócios	-	16.736	-	16.736
Total do passivo 2021	-	16.736	-	16.736

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios.

A tabela a seguir apresenta as alterações dentro dos passivos de Nível 2 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	10.814	17.473
Perdas reconhecidos no resultado	1.449	1.813
Reduções por liquidação	(2.350)	(4.871)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	9.913	14.415
Atualizações monetárias	2.254	2.970
Reduções por liquidação	(650)	(649)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	11.517	16.736

4. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Reconhecimento de receita

A Rede está no ramo de prestação de serviços hospitalares. A receita é oriunda dessa prestação de serviço e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data de fechamento do balanço.

As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, que é o momento da alta.

As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho	Reconhecimento
O fornecimento de acomodação, refeições e profissionais de saúde.	A receita é reconhecida ao longo do tempo em relação aos serviços prestados, na medida em que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Rede durante a permanência do paciente.
Procedimentos cirúrgicos	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pois os serviços são executados de acordo com o uso.
Aplicação de medicamentos e uso de materiais hospitalares	A receita é reconhecida no momento que o medicamento e/ou material hospitalar é dispensado ao cliente, ou seja, conforme o paciente consome o produto.
Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT)	A receita é reconhecida no momento que o procedimento é realizado no paciente.

O preço da transação é determinado com base nas taxas (*fee-for-service*) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diária global).

A taxa por serviços (*fee-for-service*), quando determinado como o preço de transação em contrato, tudo o que for utilizado no atendimento hospitalar, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, é utilizado no reconhecimento da receita e consequentemente, faturado. Neste formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços preestabelecidos e valores fixos, serão reconhecidos independente de o paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato.

Pacientes particulares podem ser obrigados a fazer um co-pagamento ou pagar um depósito adiantado, e é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados.

Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência.

4.2 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Rede faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Rede aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Rede, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de impostos diferidos da Controladora incluem um saldo de R\$ 9.069 (R\$ 5.850 – 2020) relacionado a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os passivos de impostos diferidos incluem um saldo de R\$ 8.318 (R\$ 5.875 – 2020) relacionado a receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. A Rede entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando que a estimativa é que as provisões vão se tornando perdas efetivas.

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Rede utiliza a taxa de incremental de empréstimo do arrendatário Incremental Borrowing Rates (IBR) como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Rede adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, a Rede testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.19. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

A Administração realizou análise de Impairment dos ágios no exercício de 31 de dezembro de 2021 e 2020, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recursos em banco e em caixa	814	150	8.700	21.258
Depósitos bancários de curto prazo	524	452	6.298	42.755
	1.338	602	14.998	64.013

Os depósitos de curto prazo correspondem aos saldos mantidos em conta corrente bancária na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras de curto prazo são substancialmente operações compromissadas, com remuneração entre 100% a 101,5% (2021 e 2020) do Certificado de Depósito Interbancário –CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor.

6. Contas a receber de clientes e outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	73.265	48.972	203.025	140.795
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(9.907)	(6.805)	(25.565)	(17.290)
Contas a receber de clientes, líquidas	63.358	42.167	177.460	123.505

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	(6.805)	(5.275)	(17.290)	(14.607)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(3.102)	(1.530)	(8.275)	(2.683)
Saldo em 31 de dezembro	(9.907)	(6.805)	(25.565)	(17.290)

7. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante				
Creditos tributários	3.604	562	5.282	2.328
Adiantamentos	16.982	2.712	20.321	3.635
Outras contas a receber	437	51	464	50
Total ativo circulante	21.023	3.325	26.067	6.013
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais (i)	8.184	8.195	13.546	12.317
Ativo indenizatório (ii)	-	-	8.403	-
Outras contas a receber	-	-	494	488
Total ativo não circulante	8.184	8.195	22.443	12.805

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Depósitos judiciais pagos sem efeitos de suspensão de exigibilidade.
- (ii) Ativo indenizatório: este saldo representa os valores devidos aos vendedores das combinações de negócios. No contrato emitido pela Companhia, as contingências pertencentes ao período de controle do vendedor, serão de responsabilidade dos mesmos.

8. Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Material hospitalar	10.282	3.924	22.159	9.547
Medicamentos	12.134	5.628	13.334	11.289
Outros	941	720	3.633	3.050
	<u>23.357</u>	<u>10.272</u>	<u>39.126</u>	<u>23.886</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão.

Em 31 de dezembro de 2021 o custo representou R\$ 121.630 (R\$ 104.391 em 31 de dezembro de 2020).

9. Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da administração somente os integrantes da sua diretoria.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a diretores	2.852	1.047	3.945	1.900
	<u>2.852</u>	<u>1.047</u>	<u>3.945</u>	<u>1.900</u>

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Saldos do fim do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de partes relacionadas				
Hospital Metropolitano S.A.	-	12.765	-	-
Hospital São Luiz S.A.	6.245	1.346	-	-
Kora Saúde Participações	23	-	23	-
Hospital e Maternidade São Mateus Ltda.	6	-	-	-
	6.274	14.111	23	-
Contas a pagar a partes relacionadas				
Hospital Maternidade São Francisco S.A.	-	-	-	-
Hospital Meridional São Mateus S.A.	617	-	-	-
Hospital Praia da Costa S.A.	37.785	35	-	-
Meridional Consultoria e Gestão S.A.	-	1.690	-	-
Hospital Metropolitano S.A.	13.770	-	-	-
Hospital São Francisco S.A.	19.323	-	-	-
Kora Saúde Participações	46.284	-	47.657	-
	117.779	1.725	47.657	-

As contas a receber de partes relacionadas trata-se de transferências de recursos entre as empresas, sendo os principais saldos eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Tais saldos não são corrigidos e não tem prazo de vencimento e a expectativa de recebimento é substancialmente no exercício social subsequente.

(c) Aluguéis

Parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Meridional Imobiliária S.A	8.049	7.040	8.049	7.040
Praia da Costa Participações Imobiliária S.A	-	-	2.272	1.920
São Francisco Participações Imobiliária S.A	-	-	76	64
São Luiz Imobiliária S.A	-	-	656	576
São Mateus Imobiliária S.A	-	-	3.647	3.200
	8.049	7.040	14.700	12.800

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição do imposto diferido é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remensuração de imposto diferido				
Ativo				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.368	1.530	8.692	4.270
Provisão (reversão) para contingências	1.877	3.320	4.955	8.416
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	-	-	4.843	-
Prejuízos fiscais/Base negativa	-	-	7.770	3.109
Provisão para repasses médicos	1.646	800	4.148	1.944
Demais diferenças temporárias	2.178	200	4.081	3.023
	9.069	5.850	34.490	20.762
Passivo				
Receitas diferidas	8.318	5.875	23.337	16.218
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	-	-	2.160	-
Demais diferenças temporárias	-	-	-	-
	8.318	5.875	25.497	16.218
Total do imposto diferido	751	(25)	8.993	4.544

A Rede considera que o ativo fiscal diferido é recuperável, quando a estimativa é que as provisões vão se tornando perdas efetivas.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo de imposto diferido				
Menos de um ano	3.824	2.470	9.440	5.688
Entre um e dois anos	5.245	3.380	14.858	8.943
Entre dois e cinco anos	-	-	10.192	6.130
	9.069	5.850	34.490	20.762

11. Investimentos**(a) Movimentação dos investimentos**

	Controladora	
	2021	2020
Em 1º de janeiro	149.108	121.053
Aportes de capital em controladas (i)	81.837	4.306
Aumento de participação em controladas	-	4.014
Participação nos lucros de controladas	41.880	18.715
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(32)	1.067
Baixa de Controlada (ii)	(1.699)	-
Dividendos propostos a receber	-	(47)
Em 31 de dezembro	271.094	149.108

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Aportes de capital em controladas: A Companhia realizou aporte de capital em as suas controladas Hospital Praia da Costa em R\$ 15 milhões, no Hospital São Mateus em R\$ 14 milhões e na Maternidade Santa Úrsula em R\$ 53 milhões. Os aportes estão em linha com a estratégia da Kora de aumentar a receita e sua oferta de serviços através da compra de equipamentos, expansão do número de leitos, obras civis e capital de giro.
- (ii) Baixa de Controlada: a Meridional Consultoria, controlada do Hospital Meridional foi baixada devido à ausência de operação na empresa.

(b) Participação societária nos investimentos

Nome	Local	Negócio	Relacionamentos	Percentual			
				2021		2020	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Hospital Meridional Serra S.A	Serra/ES	Saúde	Controlada	98,26	-	98,26	-
Hospital Meridional Praia da Costa S.A	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	95,33	-	92,33	-
Hospital Meridional São Mateus S.A	São Mateus/ES	Saúde	Controlada	96,73	-	96,73	-
Hospital Meridional Vitória Ltda.	Vitória/ES	Saúde	Controlada	100,00	-	100,00	-
Hospital São Francisco S.A	Cariacica/ES	Saúde	Controlada	98,67	-	98,67	-
Hospital São Luiz S.A	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	94,20	-	94,20	-
Hemodinâmica Meridional Ltda.	Cariacica/ES	Saúde	Controlada	100,00	-	100,00	-
Meridional Consultoria Ltda.	Cariacica/ES	Saúde	Controlada	100,00	-	100,00	-
Praia da Costa Diagnósticos Ltda.	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	-	51,33	-	51,33
Excelência Plano de Saúde S.A	Vila Velha/ES	Saúde	Controlada	-	100,00	-	100,00

(c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

(i) Controladas diretas

31 de dezembro de 2021	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
Hospital Meridional Serra S.A	143.576	34.187	177.006	30.793
Hospital Meridional Praia da Costa S.A	118.463	63.741	110.322	15.337
Hospital Meridional São Mateus S.A	56.541	5.808	65.326	3.091
Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	124.082	36.228	44.884	(8.994)
Hospital São Francisco S.A	37.402	18.292	29.467	4.973
Hospital São Luiz S.A	18.213	875	16.736	985
Hemodinâmica Meridional Ltda.	3.816	3.536	1.264	787

31 de dezembro de 2020	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
Hospital Meridional Serra S.A	103.613	3.394	140.886	19.855
Hospital Meridional Praia da Costa S.A	77.474	33.405	78.081	9.800
Hospital Meridional São Mateus S.A	47.130	(10.848)	46.725	(6.401)
Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	73.601	(8.050)	26.751	(2.462)
Hospital São Francisco S.A	30.269	13.319	24.911	2.483
Hospital São Luiz S.A	11.003	(111)	13.274	(16)
Hemodinâmica Meridional Ltda.	2.897	2.749	1.992	985
Meridional Consultoria Ltda.	1.699	1.699	-	-

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Controladas indiretas

31 de dezembro de 2021	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
	Praia da Costa Diagnósticos Excelência Plano de Saúde S.A	475 355	475 343	45 -
31 de dezembro de 2020	Ativo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado
	Praia da Costa Diagnósticos Excelência Plano de Saúde S.A	438 349	438 345	79 -

12. Arrendamentos**(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos de direito de uso				
Edificações	62.202	55.458	189.438	166.811
Máquinas e equipamentos	238	357	755	1.029
	62.440	55.815	190.193	167.840
Passivos de arrendamentos				
Circulante	8.617	7.536	24.745	21.841
Não circulante	60.695	53.212	188.553	162.860
	69.312	60.748	213.298	184.701

A Rede aluga diversos imóveis com estrutura hospitalar instalada para sua área operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de trinta anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iii) a seguir.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e possui termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendamento da Incremental Borrowing Rates (IBR), sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Rede:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Rede, sem financiamento recente com terceiros; e faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

(ii) Taxa de desconto

A taxa é determinada de acordo com as características dos contratos e estão demonstradas abaixo, considerando os prazos dos contratos:

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
5 anos	14,36 - 17,53
30 anos	9,63 - 12,33

(iii) Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	56.958	161.170
Juros provisionados	7.095	20.031
Juros pagos	(274)	(2.574)
Adição por novos contratos	-	16.793
Pagamentos	(7.171)	(18.745)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias	4.140	8.026
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	60.748	184.701
Saldo em 1º de janeiro de 2021	60.748	184.701
Juros provisionados	8.049	23.857
Juros pagos	(360)	(1.822)
Adição por novos contratos	-	1.094
Pagamentos	(8.189)	(23.037)
Ajuste de remensuração da inflação acumulada	9.064	28.505
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	69.312	213.298
Vencimento das prestações		
Menos de 1 ano	8.467	24.304
Entre 1 e 2 anos	8.467	40.172
Entre 2 e 5 anos	25.402	122.434
Acima de 5 anos	182.190	949.524
Valores não descontados	224.526	1.136.434
Juros embutidos	(155.214)	(923.136)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	69.312	213.298

(iv) Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	53.826	149.051
Adição por novos contratos	-	16.793
Ajustes por remensuração	4.139	8.025
Despesa de depreciação	(2.150)	(6.029)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2020	55.815	167.840
Saldo em 1º de janeiro de 2021	55.815	167.840
Adição por novos contratos	-	1.094
Ajustes por remensuração	9.064	28.505
Despesa de depreciação	(2.439)	(7.246)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	62.440	190.193

13. Intangível

	<u>Controladora</u>				
	<u>Ágio (Vida útil indefinida)</u>	<u>Non Compete e Marca (20% a 50% a.a)</u>	<u>Softwares (20% a.a)</u>	<u>Custos de implantação de softwares</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	-	-	2.955	2.066	5.021
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	-	(197)	-	(197)
Saldo contábil, líquido	-	-	2.758	2.066	4.824
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	-	-	2.758	2.066	4.824
Aquisições	-	-	54	2.664	2.718
Aquisições oriundas de combinações de negócios	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(591)	-	(591)
Saldo contábil, líquido	-	-	2.221	4.730	6.951
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	-	-	3.009	4.730	7.739
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	-	(788)	-	(788)
Saldo contábil, líquido	-	-	2.221	4.730	6.951
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	-	-	2.221	4.730	6.951
Aquisições	-	-	150	575	725
Aquisições oriundas de combinações de negócios	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(591)	-	(591)
Saldo contábil, líquido	-	-	1.780	5.305	7.085
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	-	-	3.159	5.305	8.464
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	-	(1.379)	-	(1.379)
Saldo contábil, líquido	-	-	1.780	5.305	7.085

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Ágio (Vida útil indefinida)	Non Compete e Marca (20% a 50% a.a)	Softwares (20% a.a)	Custos de implantação de softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	105.961	19.648	3.431	2.066	131.106
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	(3.280)	(503)	-	(3.783)
Saldo contábil, líquido	105.961	16.368	2.928	2.066	127.323
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	105.961	16.368	2.928	2.066	127.323
Aquisições	-	-	547	2.664	3.211
Aquisições oriundas de combinações de negócios	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.289)	(738)	-	(5.027)
Saldo contábil, líquido	105.961	12.079	2.737	4.730	125.507
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	105.961	19.648	3.978	4.730	134.317
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	(7.569)	(1.241)	-	(8.810)
Saldo contábil, líquido	105.961	12.079	2.737	4.730	125.507
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	105.961	12.079	2.737	4.730	125.507
Aquisições	-	-	328	603	931
Transferências	-	-	(18)	18	-
Amortização	-	(4.289)	(689)	-	(4.978)
Saldo contábil, líquido	105.961	7.790	2.376	5.333	121.460
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	105.961	19.648	4.306	5.333	135.248
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	(11.858)	(1.930)	-	(13.788)
Saldo contábil, líquido	105.961	7.790	2.376	5.333	121.460

(a) Testes de Impairment sobre o ágio

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua.

Para cada UGC (Unidade Geradora de Caixa) com valor relevante de ágio, as premissas-chave utilizadas são a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso.

As premissas usadas para a análise da UGC ágio gerado na aquisição do Hospital Praia da Costa S.A, Hospital Metropolitan S.A e Maternidade Santa Úrsula foram:

	2021	2021	2021	2020	2020	2020
	Maternidade Santa Úrsula	Hospital Metropolitan	Hospital Praia da Costa	Maternidade Santa Úrsula	Hospital Metropolitan	Hospital Praia da Costa
Crescimento ROL (% CAGR) (i)	8,3%	4,2%	4,2%	1,50%	5,30%	5,30%
Margem bruta (EBTIDA) (ii)	16,4%	28,4%	25,2%	39,20%	45,40%	35,94%
Fluxo de caixa livre (2022) - R\$	2.831	24.591	19.954	39.500	85.027	55.109
Taxa de desconto post tax - %	12,5%	12,5%	12,5%	0,50%	0,50%	0,50%
Fluxo de caixa descontado (UCG) (EM 2022) - R\$	2.669	23.183	18.812	57.450	146.033	57.710

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O crescimento ROL (CAGR) considera a média anual da taxa de crescimento da receita líquida no período previsto de oito anos, baseia-se no desempenho passado e nas expectativas da Administração para o desenvolvimento do mercado.

(ii) A margem EBITDA é a margem média do lucro operacional em oito anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de serviços prestados com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para medicamentos e materiais hospitalares.

A Administração realizou análise de Impairment dos ágios no exercício de 31 de dezembro de 2021 mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

(b) Composição do Ágio e non compete

	31 de Dezembro 2021			31 de Dezembro 2020		
	Ágio	Marca/ Carteira	Non compete	Ágio	Marca	Non - Compete
Praia da Costa Diagnóstico	360	-	-	360	-	-
Hospital Praia da Costa S.A.	6.464	-	-	6.464	-	-
Hospital São Luiz S.A.	854	-	-	854	-	-
Hospital e Maternidade São Francisco S.A.	464	-	-	464	-	-
Hospital Metropolitano S.A	78.394	-	5.154	78.394	-	7.965
Maternidade Santa Úrsula	19.425	-	2.636	19.425	1.147	2.967
Total	105.961	-	7.790	105.961	1.147	10.932

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

					Controladora
	Terrenos e edificações	Obras em andamento	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 1º de janeiro de 2020					
Saldo inicial	-	649	-	5.037	5.686
Aquisições (i)	4	275	-	23.836	24.115
Depreciação	-	-	-	(2.292)	(2.292)
Saldo contábil, líquido	4	924	-	26.581	27.509
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	11.226	924	-	44.424	56.574
Depreciação acumulada	(11.222)	-	-	(17.843)	(29.065)
Saldo contábil, líquido	4	924	-	26.581	27.509
Em 1º de janeiro de 2021					
Saldo inicial	4	924	-	26.581	27.509
Aquisições	3	4.870	-	15.815	20.688
Transferências	1.132	(1.132)	-	-	-
Alienações	-	-	-	(2)	(2)
Depreciação	(4)	-	-	(4.517)	(4.521)
Saldo contábil, líquido	1.135	4.662	-	37.877	43.674
Em 31 de Dezembro de 2021					
Custo	12.361	4.662	-	60.237	77.260
Depreciação acumulada	(11.226)	-	-	(22.360)	(33.586)
Saldo contábil, líquido	1.135	4.662	-	37.877	43.674

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Obras em andamento	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 1º de janeiro de 2020					
Saldo inicial	726	3.052	71	46.862	50.711
Aquisições (i)	83	8.840	-	28.959	37.882
Alienações	-	(98)	-	(253)	(351)
Depreciação	(85)	-	(28)	(9.418)	(9.531)
Saldo contábil, líquido	724	11.794	43	66.150	78.711
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	19.516	11.794	104	110.421	141.835
Depreciação acumulada	(18.792)	-	(61)	(44.271)	(63.124)
Saldo contábil, líquido	724	11.794	43	66.150	78.711
Em 1º de janeiro de 2021					
Saldo inicial	724	11.794	43	66.150	78.711
Aquisições	2.213	36.986	-	41.754	80.953
Transferências	20.993	(20.993)	-	-	-
Alienações	-	-	-	(1)	(1)
Depreciação	(437)	-	(21)	(13.375)	(13.833)
Saldo contábil, líquido	23.493	27.787	22	94.528	145.830
Em 31 de Dezembro de 2021					
Custo	42.722	27.787	104	152.174	222.787
Depreciação acumulada	(19.229)	-	(82)	(57.646)	(76.957)
Saldo contábil, líquido	23.493	27.787	22	94.528	145.830

15. Fornecedores e outras obrigações

A Rede contém saldos com fornecedores no país, que fornecem substancialmente materiais, medicamentos e serviços hospitalares. As operações são efetuadas em condições normais de mercado, com prazos entre 30 e 60 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a pagar aos fornecedores (i)	33.290	16.490	62.658	41.065
Encargos previdenciários e outros encargos trabalhistas (a)	11.646	9.154	29.801	22.797
Imposto de renda e contribuição a pagar (b)	-	977	12.883	11.112
Obrigações tributárias correntes (b)	1.336	981	4.490	3.143
Obrigações tributárias parceladas (c)	4.074	4.950	18.810	22.514
Outras contas a pagar (d)	75	987	1.585	3.414
Total	50.421	33.539	130.227	104.045
Passivo Circulante	46.852	29.152	114.580	84.641
Passivo Não Circulante	3.569	4.387	15.647	19.404
Total	50.421	33.539	130.227	104.045

(i) Títulos a pagar aos fornecedores de serviços, insumos e outros.

Hospital Meridional S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários a pagar	1.762	2.400	6.136	6.001
Bônus a pagar	4.730	449	6.747	745
INSS a pagar	831	1.124	3.046	2.899
FGTS a pagar	206	262	804	724
Provisão de férias e encargos	4.079	4.862	12.975	12.334
Outras obrigações trabalhistas	38	57	93	94
Total	11.646	9.154	29.801	22.797

(b) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição a pagar	-	977	12.883	11.112
PIS e COFINS a pagar	612	625	1.800	1.901
ISS a pagar	319	93	1.586	574
Retenções a recolher	405	263	1.104	668
Total	1.336	1.958	17.373	14.255

(c) Obrigações tributárias parceladas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Parcelamentos municipais	-	360	322	1.254
Parcelamentos federais	4.074	4.590	18.488	21.260
Total	4.074	4.950	18.810	22.514
Passivo circulante	520	881	3.341	3.575
Passivo não circulante	3.554	4.069	15.469	18.939
Total	4.074	4.950	18.810	22.514

(d) Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras dívidas	38	472	1.250	2.112
Outras obrigações	37	515	335	1.302
Total	75	987	1.585	3.414
Passivo circulante	59	669	1.407	2.949
Passivo não circulante	16	318	178	465
Total	75	987	1.585	3.414

16. Contas a pagar por aquisição

Aquisições	Índice de correção	Consolidado	
		2021	2020
Hospital Metropolitano S.A	IPCA	11.517	9.320
Hemodinâmica Meridional	IPCA	-	593
Maternidade Santa Úrsula	IPCA	5.219	4.502
Total		16.736	14.415
Passivo Circulante		-	593
Passivo não Circulante		16.736	13.822
Total		16.736	14.415

Aquisições	Índice de correção	Controladora	
		2021	2020
Hospital Metropolitano S.A	IPCA	11.517	9.320
Hemodinâmica Meridional	IPCA	-	593
Total		11.517	9.913
Passivo Circulante		-	593
Passivo não Circulante		11.517	9.320
Total		11.517	9.913

As contas a pagar por aquisições de hospitais referem-se ao saldo remanescente das aquisições efetuadas. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	-	-	-
2023	11.517	593	11.517	593
2024	-	9.320	5.219	13.822
Total	11.517	9.913	16.736	14.415

17. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Empréstimos bancários	21.547	46.693	38.649	73.146
Debêntures	19.048	19.581	19.048	19.581
	40.595	66.274	57.697	92.727
Não circulante				
Empréstimos bancários	80.360	25.729	127.857	79.793
Debêntures	57.143	75.233	57.143	75.233
	137.503	100.962	185.000	155.026
Total dos empréstimos	178.098	167.236	242.697	247.753

Hospital Meridional S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2020	140.176
Captação	41.683
Juros provisionados	10.034
Custos de transação	(61)
Pagamento	(24.596)
Pagamento de principal	(14.098)
Juros pagos	(10.498)
Saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2020	167.236
Saldo em 1º de janeiro de 2021	167.236
Captação	70.000
Juros provisionados	14.054
Amortização dos custos de transação	2.800
Pagamento	(75.992)
Pagamento de principal	(53.353)
Juros pagos	(22.639)
Saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2021	178.098
	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	187.188
Captação	96.909
Juros provisionados	15.126
Custos de transação	(468)
Pagamento	(51.002)
Pagamento de principal	(33.619)
Juros pagos	(17.383)
Saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2020	247.753
Saldo em 1º de janeiro de 2021	247.753
Captação	70.000
Juros provisionados	19.522
Amortização dos custos de transação	3.045
Pagamento	(97.623)
Pagamento de principal	(74.304)
Juros pagos	(23.319)
Saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2021	242.697

(a) Debênture não conversível

O Hospital Meridional S.A., emitiu 10.000 títulos de dívida da 1ª Debênture Privada Simples não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em série única com valor nominal de R\$ 10 mil em 8 de janeiro de 2019, onde os recursos obtidos pela Companhia por meio da Emissão foram destinados ao reforço do caixa da Companhia e pagamento de dívida de curto prazo. Os títulos de dívida vencem em sete anos com carência de dois anos a contar da data de emissão.

O título de dívida não conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor nominal da debênture não conversível emitido em 8 de janeiro de 2019		
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2019		99.755
Pagamento de principal		(4.762)
Despesa financeira		5.249
Juros pagos		(5.595)
Custo de transação (CPC 08)		167
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2020		94.814
Pagamento de principal		(19.050)
Despesa financeira		5.762
Juros pagos		(5.502)
Amortização do custo de transação (CPC 08)		167
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2021		76.191

(b) Empréstimos e financiamentos por Instituições Financeiras

Apresentamos a seguir, os empréstimos da Companhia por instituições financeiras:

Banco	Garantias	Linha de crédito	Indexador	Vencimento	2021
BANDES	Aval + Imobilizado	Capital de Giro	CDI + 2,55%	2025	14.499
Banestes	N/A	Leasing	15,19%	2022	
Banestes	N/A	Leasing	0,152	2022	
Banestes	N/A	Leasing	0,1521	2023	
Banestes	N/A	Leasing	0,1753	2022	
Bocom BBM	Aval	Capital de Giro	CDI + 2,50%	2026	13.760
Bocom BBM	Aval	Capital de Giro	CDI + 3,08%	2026	50.223
BNB	Aval + Imobilizado	Outro	CDI + 3,27%	2023	2.658
Bradesco	Aval	Leasing	0,1436	2022	2
Santander	Aval	Debênture	CDI + 2,55%	2025	38.659
Banco do Brasil	Aval	Debênture	CDI + 2,55%	2025	38.659
Santander	Aval	Capital de Giro	CDI + 2,85%	2026	71.307
Santander	Aval	Capital de Giro	CDI + 3,47%	2022	6.536
Santander	Aval	Capital de Giro	TJLP + 9,44%	2022	6.394
Santander	Aval	Leasing	0,1453	2022	
Santander	Aval	Leasing	0,1463	2023	
Santander	Aval	Leasing	0,1511	2023	
Santander	Aval	Leasing	0,1611	2023	
Total					242.697

18. Passivos relacionados a contratos com clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo Circulante				
Adiantamento de clientes	507	340	1.747	1.082
Total	507	340	1.747	1.082

Os adiantamentos de clientes correspondem a pagamentos antecipados realizados por convênios/operadoras de saúde previamente acordado com a Administração da Rede, nas quais esperam-se que as obrigações de desempenho futuramente realizadas compensarão esses recebimentos antecipados.

19. Provisões para contingência

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

				Controladora
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2020	58	1.641	-	1.699
Adições de novos processo	-	1.107	-	1.107
Baixas	(8)	(20)	-	(28)
Remensuração de processos (i)	717	565	140	1.422
Reclassificações de probabilidades (i)	51	821	-	872
Em 31 de dezembro de 2020	818	4.114	140	5.072
Adições de novos processo	558	518	819	1.895
Baixas	-	(1.313)	-	(1.313)
Remensuração de processos (i)	(573)	441	(2)	(134)
Em 31 de dezembro de 2021	803	3.760	957	5.520

				Consolidado
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.542	3.282	1.662	6.486
Adições de novos processo	-	2.293	-	2.293
Baixas	(8)	(95)	-	(103)
Remensuração de processos (i)	892	959	140	1.991
Reclassificações de probabilidades (i)	735	309	918	1.962
Em 31 de dezembro de 2020	3.161	6.748	2.720	12.629
Adições de novos processo	1.642	899	2.071	4.612
Baixas	-	(1.352)	-	(1.352)
Remensuração de processos (i)	(1.285)	688	(718)	(1.315)
Em 31 de dezembro de 2021	3.518	6.983	4.073	14.574

AI

(i) A Companhia, através dos seus assessores legais, remensurou alguns processos devidos as novas circunstâncias apresentadas no decorrer do exercício, as quais motivaram a mudança de opinião a respeito da probabilidade de perda passando de remotos e possíveis para probabilidade provável.

(b) Trabalhistas e cíveis

A Rede é parte integrante em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.
- Ações cíveis: Os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar.
- Ações Tributárias: Consta autos de infração alegando insuficiência de recolhimento e entrega de declaração lançamento ISS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

				Controladora
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2020	225	3.379	90	3.694
Adições de novos processo	125	840	171	1.136
Baixas	(23)	(493)	(31)	(547)
Remensuração de processos (i)	211	2.154	(59)	2.306
Reclassificações de probabilidades (i)	151	(432)	-	(281)
Em 31 de dezembro de 2020	689	5.448	171	6.308
Adições de novos processo	1.217	3.037	-	4.253
Baixas	-	(190)	-	(190)
Remensuração de processos (i)	(153)	(358)	(1)	(512)
Em 31 de dezembro de 2021	1.753	7.937	170	9.860

				Consolidado
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2020	2.211	13.582	843	16.636
Adições de novos processo	779	7.735	171	8.685
Baixas	(899)	(894)	(486)	(2.279)
Remensuração de processos (i)	307	1.435	1.559	3.301
Reclassificações de probabilidades (i)	115	4	8	127
Em 31 de dezembro de 2020	2.513	21.862	2.095	26.470
Adições de novos processo	5.452	9.328	3	14.783
Baixas	-	(2.720)	-	(2.720)
Remensuração de processos (i)	(84)	(4.978)	(142)	(5.204)
Em 31 de dezembro de 2021	7.880	23.492	1.956	33.329

(i) A Companhia, através dos seus assessores legais, remensurou alguns processos devidos as novas circunstâncias apresentadas no decorrer do exercício, as quais motivaram a mudança de opinião a respeito da probabilidade de perda passando de remotos e possíveis para probabilidade provável.

20. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas em 31 de dezembro de 2021 é de 66.541 ações (31 de dezembro de 2020 – 66.541 de ações), sem valor nominal.

	Quantidade de ações - milhares	Capital
Em 31 de dezembro de 2021	66.541	68.000

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(c) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Rede, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

(d) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, está demonstrada abaixo:

Movimentação dos dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	40.852	18.306	40.852	18.306
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.458	1.212
Constituição da reserva legal (5%)	(2.043)	(915)	(2.043)	(915)
Constituição da reserva legal (5%) - acionistas não controladores	-	-	(73)	(61)
Base de cálculo dos dividendos	38.809	17.391	40.267	18.603
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(9.702)	(4.348)	(9.702)	(4.348)
Dividendo mínimo obrigatório (25%) - acionistas não controladores	-	-	(347)	(288)
Total de dividendos	(9.702)	(4.348)	(10.049)	(4.636)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	24%	24%	25%	25%

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após a destinação da reserva legal.

(e) Reserva de de lucros

A reserva de retenção de lucros é composta por retenção de lucros, prejuízos acumulados, quando aplicável, e outros resultados abrangentes. Essa rubrica apresenta saldos negativos devido ao reconhecimento de resultado abrangente que surgiu através de alienações de terrenos e edificações oriundas de processos de cisão que ocorreram em 30 de maio de 2018 em alguns hospitais controlados pela Rede.

(f) Lucro por ação**Resultado básico e diluído por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado básico e diluído por ação	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.310	19.518
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	66.541	66.541
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,64	0,29

(g) Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2020	-
Lucro do exercício	18.306
Dividendo mínimo obrigatório de 2020	(4.348)
Transferência para reserva legal	(915)
Transferência para reserva lucros	(13.043)
Em 31 de dezembro de 2020	-
Em 1º de janeiro de 2021	-
Lucro do exercício	40.852
Dividendo mínimo obrigatório de 2021	(9.702)
Transferência para reserva legal	(2.043)
Transferência para reserva lucros	(29.107)
Em 31 de dezembro de 2021	-

21. Receita líquida de contrato com clientes

Reconciliação entre a receita bruta de serviços e receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviços	233.315	189.462	678.367	524.154
Impostos sobre vendas	(12.360)	(10.358)	(34.819)	(28.163)
Glosas acatadas	(2.251)	(161)	(6.456)	(2.267)
	218.704	178.943	637.092	493.724

22. Custos e despesas por natureza**(a) Custos dos serviços prestados**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	36.573	32.543	136.674	116.821
Materiais e Medicamentos	50.318	44.159	121.630	104.391
Serviços de terceiros	39.929	28.618	135.240	92.224
Utilidades e serviços	12.087	14.242	37.788	33.658
Aluguéis (i)	886	498	4.057	2.348
Depreciação (Direito de uso)	2.439	2.150	7.246	6.029
Depreciação	4.521	2.292	13.833	9.531
Amortização	591	591	689	738
	147.344	125.093	457.157	365.740

(i) Os aluguéis referem-se a locações de equipamentos e imóveis e possuem vigência inferior a 12 meses, não constituindo parte dos arrendamentos da Companhia.

(b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	22.454	23.820	37.102	31.114
Serviços de terceiros	12.969	14.939	19.240	25.888
Viagens e hospedagens	989	584	1.109	605
Outras despesas	3.749	1.058	3.105	1.996
Amortização	-	-	4.289	4.289
	40.161	40.401	64.845	63.892

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas				
Outras receitas operacionais (i)	81	7.940	147	14.063
Total de outras receitas	81	7.940	147	14.063
Outras despesas				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.102)	(1.530)	(8.275)	(2.683)
Provisão para contingências	(448)	(3.373)	6.458	(6.144)
Outras despesas operacionais	(2.215)	(705)	(2.371)	(2.794)
Total de outras despesas	(5.765)	(5.608)	(4.188)	(11.621)
Outras receitas (despesas)	(5.684)	2.332	(4.041)	2.442

- (i) A Rede reconheceu em 2020 ganho de R\$ 13.500, sendo R\$ 7.429 na controladora, referente ao acordo firmado com uma operadora de saúde para liquidar recebíveis que estavam em discussão judicial desde 2015, que já possuíam o reconhecimento da perda efetiva em períodos anteriores.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	116	327	1.011	629
Ganhos cambiais de atividades financeiras, líquidos	68	3.405	68	3.405
Descontos obtidos	176	52	431	131
Total da receita financeira	360	3.784	1.510	4.165
Despesa financeira				
Empréstimos bancários	(8.292)	(4.785)	(13.760)	(9.877)
Despesas com atualizações de impostos e outras dívidas	(173)	(185)	(845)	(338)
Debêntures	(5.762)	(5.249)	(5.762)	(5.249)
Passivos de arrendamento	(8.049)	(7.095)	(23.857)	(20.031)
Atualização monetária da parcela diferida oriunda de combinação de negócios	(2.254)	(1.449)	(2.970)	(1.813)
Outras despesas financeiras	(640)	(677)	(1.602)	(2.139)
Total da despesa financeira	(25.170)	(19.440)	(48.796)	(39.447)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(24.810)	(15.656)	(47.286)	(35.282)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	2.508	2095	25.901	17.152
Total de imposto corrente	2.508	2095	25.901	17.152
Imposto diferido				
Geração e estorno de diferenças temporárias	(775)	(1.561)	(4.448)	(5.418)
Total do imposto diferido	(775)	(1.561)	(4.448)	(5.418)
Total Imposto de renda	1.733	534	21.453	11.734

O imposto sobre o lucro da Rede difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, devido a adições e exclusões fiscais aplicáveis aos lucros das entidades, como segue:

Hospital Meridional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto	42.585	18.840	63.763	31.252
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais	14.455	6.382	21.655	10.602
Ajustes permanentes				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	51	80	129	176
Diferença entre base contábil e fiscal de ágios		-	-	(378)
Amortização Arrendamento - Ajuste a valor presente (IFRS 16)	664	612	2.298	2.067
Correção de parcela contingente em combinação de negócios	302	289	340	332
Resultados de controladas por equivalência patrimonial	(14.239)	(6.363)	505	901
Receitas não dedutíveis para fins de impostos	500	(466)	(2.736)	(5.902)
Investidas no regime lucro presumido (i)		-	(228)	(16)
Prejuízos fiscais e base negativa		-	(510)	3.952
Encargo fiscal	1.733	534	21.453	11.734
Alíquota efetiva - %	4%	3%	34%	38%

26. Transações com não controladores**(a) Aquisição de participação adicional em controlada**

Os efeitos da mudança de participação no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício estão resumidos a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Valor contábil da participação não controladora adquirida	-	36
Contraprestação paga pela participação não controladora	-	(4.016)
Ágio na aquisição de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	-	(3.980)

27. Seguros (Não Auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Consolidado
Seguro Patrimonial	61.043,21
Seguro Garantia	434.145,20
Seguro Equipamento	24.558,28
Seguro Automotivo	69.912,38
Total	589.659,07

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

28. Instrumentos Financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Ativos ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.338	602	14.998	64.013
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	63.358	42.167	177.460	123.505
Contas a receber de partes relacionadas	6.274	14.111	23	-
Depósitos Judiciais	8.184	8.195	13.546	12.317
	79.154	65.075	206.027	199.835
Passivos financeiros				
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	46.852	28.175	101.697	73.529
Empréstimos	178.098	167.236	242.697	247.753
Passivos de arrendamento	69.312	60.748	213.298	184.701
Contas a pagar com partes relacionadas	117.779	1.725	47.657	-
	412.041	257.884	605.349	505.983
Passivos ao valor justo por meio do resultado				
Contas a pagar por aquisição	11.517	9.913	16.736	14.415
	11.517	9.913	16.736	14.415
	423.558	267.797	622.085	520.398

29. Eventos Subsequentes

Em 22 de janeiro de 2022 a controlada Laranjeiras Participações Ltda., celebrou o contrato de compra e venda para a aquisição direta de 100% das quotas representativas de capital social do Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda (CNPJ 02.142.603/0001-53). O “IDE” se constitui como uma clínica especializada em diagnósticos por imagem e está localizada no mesmo complexo do Hospital Metropolitano na Serra-ES. A nova aquisição integra a estratégia da Companhia em oferecer soluções cada vez mais completas no atendimento com qualidade a seus pacientes.